

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6346 - QUINTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 2019



MAIS FORÇA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Foi lançada, ontem (08/05), a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, em Brasília. O evento foi concorrido, com a participação de parlamentares do PT, PCdoB, PSB, PSOL e PSD, inclusive o senador Jaques Wagner e representantes de todas as centrais sindicais, demonstrando a força da iniciativa.

A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) foi representada por Emanuel Souza. Em sua participação, chamou a atenção para a importância das estatais para o país. "A defesa dos bancos públicos é a defesa da possibilidade de um projeto de nação soberana".

Os bancos públicos são instrumentos de Estado. Independentemente



de quem esteja no governo, é fundamental defendê-los. Em especial agora que estão sendo atacados de forma violenta pelo governo Bolsonaro, que deveria atuar para fortalecê-los.

Depois do lançamento, ocorreu o seminário Bancos Públicos e Desenvolvimento, com a participação dos professores de economia Sérgio Mendonça e Luiz Fernando. Marcaram presença no evento, representantes dos trabalhadores de toda a América Latina, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Peru. (SBBA)

ITAÚ FECHA 77 AGÊNCIAS SOMENTE EM 2019



As notícias não são boas para o funcionamento e os clientes do Itaú. Até o início desta semana, o maior banco privado do país fechou 77 agências. Dessas, 35 tiveram as atividades encerradas até a primeira quinzena de abril. E não acabou. Até junho, outras 57 serão fechadas.

Com o fechamento, os bancários ficam apreensivos e os clientes terão de se deslocar para outras unidades para conseguir atendimento. Ao todo, 112 dos 122 funcionários da área operacional das 35 agências fechadas até 15 de abril foram realocados. Sob a justificativa de problemas na performance, os outros 10 foram desligados. O banco ainda não informou o número de demissões.

Os dados preocupam e foram informados pelos representantes do Itaú na reunião com a COE (Comissão de Organiza-

ção dos Empregados), nesta terça-feira (07/05). Segundo a empresa, as unidades não davam resultados positivos.

A COE cobrou a reabertura do Centro de Realocação e reivindicou que os bancários realocados não tenham avaliação de performance durante os seis primeiros meses de realocação. Nova discussão foi marcada para 18 de junho, quando as informações sobre a realocação das novas agências fechadas devem ser atualizadas.

Outros dados

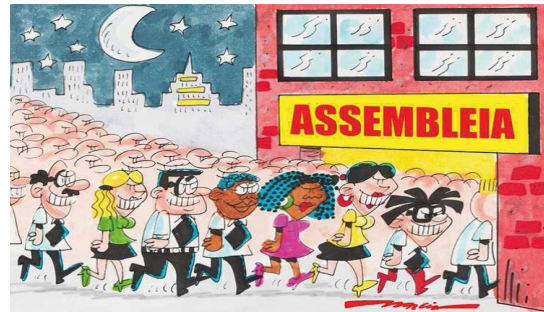
Além de confirmar o fechamento de 77 agências pelo Brasil, o Itaú também apresentou informações demográficas internas. No quadro funcional do banco, as mulheres representam 59,4% do quadro funcional, 95,73% aderiram ao convênio médico da empresa.

Também foi divulgado os dados de desligamentos. A faixa com maior número de demissões (26,2%) é entre os 25 e 34 anos. Outros 18,8% estão na faixa de 40 a 49 anos.

Os representantes dos funcionários do Itaú cobraram explicação sobre o aumento nas demissões na área operacional.

Fonte: SBBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



O Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, por seu Presidente abaixo assinado, convoca todos os associados da base territorial deste Sindicato, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 16 de maio de 2019 às 18h00min em primeira convocação, e às 18h30min em segunda convocação**, no Auditório do Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, situado na Av. Duque de Caxias, 111, Centro, Itabuna - BA, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

1. Eleição dos Delegados ao 5º Congresso Extraordinário da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe, a ser realizado no dia 31 de maio de 2019, em Salvador - BA.
2. Outros assuntos de interesse da categoria profissional.

Itabuna (BA), 9 de maio de 2019.

JORGE BARBOSA DE JESUS
Presidente

SARNA - Além de amargar uma impopularidade cada vez mais crescente - é o pior presidente em início de mandato -, Bolsonaro tem irritado também as elites que o elegeram. A relação com o Parlamento é a pior possível, tem rugas com a mídia, está em confronto direto com os militares, entrou em guerra com o STF e começa a incomodar o mercado. Procurando sarna para se coçar. (SBBA)

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: **CRISTIANE**

Tarde: **LIVIA**

“NOVA” PREVIDÊNCIA INDICA DESCONHECIMENTO OU MÁ-FÉ

O ministro da Economia, Paulo Guedes, abriu a série de audiências públicas na comissão especial da Reforma da Previdência nesta quarta-feira (8). Após o debate realizado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que acabou em briga depois de Guedes ter se sentido ofendido ao ouvir que agia como “tchutchuca” com bancos e como “tigrão” com a população pobre, o ministro retornou à Casa para defender sua proposta de alteração nas regras previdenciárias. Desta vez, Guedes não economizou adjetivos e afirmou que o sistema previdenciário brasileiro está quebrado.

“A velha Previdência é um regime condenado à falência”, disse Guedes ao começar sua fala. “Há 50 milhões de brasileiros que não contribuem para a Previdência e eles envelhecerão. E [essa] é a garantia de quebra da velha Previdência”, disse.

O ministro afirmou ainda que o atual sistema é uma “fábrica de privilégios”, em que os mais ricos são mais favorecidos do que os mais pobres. Segundo ele, campanha publicitária dos opositores da reforma esconde isso.

Depois de Guedes, foi a vez do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, fazer a defesa do texto. Marinho afirmou que os pilares da famigerada Reforma da Previdência são o combate aos privilégios e a busca da equidade.

Marinho disse ainda que, se aprovada neste ano, a reforma poderá levar a um crescimento da economia estimado em 2,9%. Sem isso, destaca Marinho, a variação do Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país em um ano, poderá ser de apenas 0,8%. No futuro, sem as mudanças nas aposentadorias e pensões, o cenário é de encolhimento da economia a partir de 2021.

Após ouvir os argumentos do governo, a líder da Minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), criticou a proposta do governo Bolsonaro.

“Se não há desconhecimento e não há má-fé, nós precisaríamos interpretar este projeto do governo como um projeto claro de eliminação da Previdência pública brasileira. É uma mentira atrás da outra. Por que não dizem que a reforma é para privatizar a Previdência Social? Decretar que o atual sistema está falido é uma decretação de quem não o conhece ou, de fato, aponta para um projeto claro de capitalização”, questionou.

Para a parlamentar, a proposta do governo deixa o cidadão a própria sorte. “A substituição proposta pelo governo é dizer o seguinte: vai cidadão, sozinho, lá para o banco, resolver sua vida. Poupe o que puder, quando puder. Você que se vire. E lá na frente, se não for possível bancar seu salário mínimo, o governo entra. E o que diz à sociedade em suas propagandas? Estamos acabando com os privilégios. Não é verdade”, destacou Jandira.

Como opções para estimular o crescimento, Jandira Feghali defendeu a discussão de outros temas, como reforma tributária e revisão do pacto federativo.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), vice-líder da Minoria e membro do PCdoB na comissão especial, questionou o aumento da idade para que as mulheres se aposentem. De acordo com as regras da PEC 6/2019, a idade mínima para aposentar será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres.

“Nos meus cinco mandatos, nunca vi uma proposta tão cruel como essa. Nossa expectativa é que o Estado possa dar maior suporte às mulheres, que têm, duas, às vezes, três jornadas”, destacou.

Outro ponto criticado pelos comunistas na audiência com Guedes está relacionado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), “não é possível que a base e a Oposição não consigam chegar a um acordo sobre o BPC”.

De acordo com a regra do governo Bolsonaro, idosos sem meios de se sustentar terão de aguardar até os 70 anos para receber integralmente o Benefício de Prestação Continuada. Atualmente, o benefício, no valor de um salário mínimo, é pago mensalmente à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de se sustentar, e nem de ter auxílio da família.

O governo propõe o pagamento de um valor menor, de R\$ 400, a partir dos 60 anos de idade. Se o idoso não tiver o tempo mínimo de contribuição para se aposentar pelo regime geral ao atingir 65 anos, ele continuará recebendo R\$ 400 até completar 70 anos. A partir dos 70 anos passaria a receber um salário mínimo.

“Não podemos concordar com isso. Um salário mínimo transformado em R\$ 400 reais. Isso é privilégio?”, questionou a deputada Perpétua Almeida.

O tema também é alvo de críticas de partidos aliados. Ao menos 13 partidos que se disseram favoráveis à PEC 6/2019 já se manifestaram contra a regra. Apesar de manter o discurso da aprovação do texto integral, o governo já estuda a alteração para conseguir avançar com a proposta. (Portal Vermelho)